
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Pará
Belém-Pará- Brasil



V.13. N. 26. Mai./Ago./ 2019 p. 142-158

ISSN: 2237-0315

**Formação continuada de professores: colaboração entre Rede de Ensino
Municipal e Universidade**

**Continuing education of teachers: collaboration between Municipal Education
Network and University**

Mariangela Lima de Almeida

Maria Jose Carvalho Bento

Nazareth Vidal da Silva

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Vitória – Espírito Santo, Brasil

Resumo

Objetiva problematizar o processo de pesquisa-ação colaborativo-crítica entre gestores da Secretaria de Educação de uma rede municipal de ensino e um grupo de pesquisa da universidade, com vistas à construção da política municipal de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar, pela via da formação continuada com grupos de estudo-reflexão. Para tanto, busca-se discutir a pesquisa-ação e os pressupostos habermasianos do Agir Comunicativo. Os dados foram analisados com apoio dos teóricos Carr e Kemmis (1988), Barbier (2007) e Habermas (2012). Considera-se a importância da universidade como espaço público nesse movimento e como instituição parceira que tem muito para contribuir para a formação de professores e refletir sobre ela, que seja com/para o coletivo.

Palavras-chave: Educação Especial. Formação Continuada de Professores. Pesquisa-ação colaborativo-crítica.

Abstract

It aims to problematize the collaborative-critical action research process between managers of the Education Secretary of a municipal education network and a university research group, with a view to constructing the municipal policy of Special Education in the perspective of school inclusion through the formation continued with study-reflection groups. For this, it is sought to discuss as action research and Habermasian presuppositions of Communicative Action. The data were analyzed with the support of the theorists Carr and Kemmis (1988), Barbier (2007) and Habermas (2012). It is considered the importance of the university as a public space in this movement and as a partner institution that has much to contribute and think about the formation, that is with / for the collective.

Keywords: Special Education. Continuing Teacher Education. Collaborative-critical research

Contextualizando a temática do estudo

Este artigo destaca o início de uma nova investigação, desenvolvida entre pesquisadores, alunos de Pós-Graduação de uma universidade e também gestores de uma rede municipal de ensino. Sobre as demandas iniciais, questionamos: como a pesquisa-ação pode contribuir no sentido da construção de uma política de formação continuada na perspectiva da inclusão escolar, a partir da colaboração entre uma rede municipal de ensino e uma universidade?

Ao contextualizar a formação de professores, observa-se que a década de 90 marca, no cenário internacional, as mudanças curriculares nos cursos de formação de professores como parte do processo de reforma educacional, ocorrido no amplo movimento de reformas neoliberais na América Latina e que tiveram como foco central a expansão da Educação Básica. Esse movimento, no Brasil, ganha repercussão quando as políticas sociais se submetem a políticas econômicas, reorganizando os princípios direcionadores tanto do ensino superior quanto do sistema de ensino básico (SCHEIBE, 2008).

No momento atual, as políticas de formação de professores ganham uma nova redação, a partir da publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, conforme a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2015), que apresentam “[...] os princípios da formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e sinalizam para maior organicidade nos projetos formativos, necessidade de maior articulação entre as instituições de educação superior e de educação básica” (DOURADO, 2015), na tentativa de um diálogo mais amplo entre instituições formadoras e redes de ensino para assegurar o direito à educação.

Na esfera estadual, a Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo criou uma estrutura descentralizada, com competência de atuar em ações de cooperação técnica com o governo federal e com os governos municipais, além de viabilizar parcerias com instituições afins, visando à formação dos profissionais da educação. Tal estrutura é especializada na oferta de formação continuada nas diferentes etapas e modalidades de educação básica (ESPÍRITO SANTO, 2013).

No que tange à Educação Especial, modalidade que neste estudo é objeto de discussão, a formação continuada de professores é destaque, visto que a legislação vigente estabelece que essa modalidade deve atuar de forma articulada com o ensino comum, nas salas regulares, e, de forma mais direta, nas Salas de Recursos Multifuncionais com o Atendimento Educacional Especializado, no contraturno.

Dessa forma, os profissionais que atuam nas escolas regulares, especificamente nas Salas de Recursos Multifuncionais, com a realização do Atendimento Educacional Especializado, complementando ou suplementando a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem, como também apoiando o trabalho dos professores da sala de aula comum e acompanhando o desempenho escolar do aluno com deficiência no seu processo de aprendizagem, necessitam de formação continuada. Essa formação é necessária para que suas práticas pedagógicas contribuam com a permanência e a qualidade do ensino para os alunos público-alvo da Educação Especial — alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2009).

As novas diretrizes têm aberto espaços que possibilitam o diálogo sobre como os pesquisadores veem a materialização da publicação nos contextos atuais das Instituições de Ensino Superior (IES) e das redes de ensino. Assim, Nunes (2017), Aguiar (2017), Gonçalves, Jesus e Silva (2017) e Nascimento e Cavalcante (2017) contribuem para o entendimento das possibilidades e dos desafios trazidos por essa normatização e apontam avanços e retrocessos para a formação docente no contexto atual da Educação, em especial da inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE).

É nesse sentido que estudos vêm sendo desenvolvidos no cenário capixaba. Este artigo focaliza um processo de pesquisa-ação colaborativo-crítica entre gestores de uma rede municipal de educação do sul do Estado do Espírito Santo com um grupo de pesquisa da universidade. Em parceria/colaboração, buscam, pela via da pesquisa, articular e mediar as ações de formação continuada, no que tange à inclusão de alunos PAEE.

Almeida e Barros (2017) destacam a trajetória do grupo de pesquisa, que se constituiu a partir do estudo desenvolvido (2013-2017) com gestores públicos de Educação Especial, focalizando a análise, o acompanhamento e a colaboração no processo de (re) constituição e implementação das propostas e ações de formação continuada em municípios e superintendências regionais de ensino (SRE).

Decorrente desse processo, no segundo semestre de 2017, três (3) integrantes que compõem a gestão da Secretaria Municipal de Educação buscaram a coordenação da pesquisa sobre formação de professores na universidade, apresentando como demanda inicial planejar, em parceria, uma proposta para construção de um programa de formação de da rede municipal de ensino, contemplando o diálogo com todos os segmentos e etapas. Dessa forma, as gestoras apresentaram como objetivo articular um processo de formação continuada de gestores e professores da rede municipal de ensino, associado à sistematização de documento normativo (MARATAÍZES, 2015). Assim, um novo projeto de pesquisa-ação, na perspectiva colaborativo-crítica, foi constituído, a partir das demandas das gestoras do município.

No âmbito do questionamento inicial — contribuição da pesquisa-ação no sentido da construção de uma política de formação continuada na perspectiva da inclusão escolar —, este texto visa problematizar o processo de investigação-colaboração entre gestores da Secretaria de Educação de uma rede municipal de ensino e um grupo de pesquisa da universidade, com vistas à construção das políticas municipais de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar, por meio da formação continuada com grupos de estudo-reflexão. Para tanto, pretende-se discutir como a pesquisa-ação e os pressupostos habermasianos do Agir Comunicativo podem contribuir para essa construção, compreendendo como se dá a colaboração.

Toma-se a pesquisa-ação como metodologia que apoia o movimento dos gestores em busca de colaboração com a universidade para a construção de uma política de Educação Especial em uma perspectiva inclusiva. Para tanto, serão utilizadas as transcrições dos grupos focais e reuniões, para identificar as demandas trazidas pelos gestores nos encontros realizados.

O presente trabalho justifica-se pela necessidade de apresentar e aprofundar discussões voltadas sobre parcerias e colaboração entre redes de ensino (Estados e

Municípios) e universidades, como também por acreditar que tal estudo contribuirá com o debate acerca da formação continuada de professores para Educação Especial. Ao se considerar a colaboração na gestão pública de Educação, observa-se que a investigação atual nasce do pedido de parceria de uma rede municipal de ensino com a universidade, visando elaborar-se um processo de formação continuada de professores. Destaca-se que a pretensão dessa pesquisa é buscar o entendimento mútuo a partir do diálogo entre os pares e romper com o fortalecimento do modelo social globalizado e neoliberal.

O texto se organiza em três tópicos: o primeiro, que acabamos de apresentar, contextualiza a temática da formação de professores, a Educação Especial, o problema, o objetivo e a justificativa do texto. No segundo, dialoga-se com o referencial teórico-metodológico da pesquisa-ação, utilizado para a compreensão dos processos para formação continuada, e apresentam-se os resultados e as discussões, considerando a colaboração entre os pares, bem como as ações que estão sendo desenvolvidas no município, referentes aos processos formativos. Por fim, no terceiro tópico, são tecidas as considerações sobre o processo da pesquisa.

A pesquisa-ação colaborativo-crítica: perspectivas teórico-metodológicas

O estudo tem seus referenciais nos pressupostos de Jürgen Habermas (2012) e Carr e Kemmis (1988). Assim, mediante o referencial metodológico da pesquisa-ação colaborativo-crítica e o objetivo proposto neste trabalho de problematizar o processo de pesquisa-ação colaborativo-crítica entre gestores da Secretária de Educação de uma rede municipal de ensino e um grupo de pesquisa da universidade, com vistas à construção da política municipal de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar pela via da formação continuada com grupos de estudo-reflexão, essa investigação de natureza qualitativa busca inspiração nos autores mencionados, no que se refere à pesquisa-ação crítica inspirada na teoria crítica, principalmente no pensamento habermasiano.

Busca-se, nesse sentido, apoio teórico-metodológico em Carr e Kemmis (1988), que trabalham com uma crítica-emancipatória, e também porque suas bases epistemológicas e metodológicas estão alicerçadas na colaboração entre pesquisadores e participantes. Ainda nessa mesma perspectiva, de acordo com esses autores, a pesquisa-ação crítica “[...] é um processo de reflexão que exige [...] a participação do pesquisador na ação

social que se investiga e, ainda, que os participantes se convertam em investigadores” (CARR; KEMMIS, 1988, p.13).

Almeida (2004, p. 68), por sua vez, acrescenta:

Deve ocorrer na espiral de planejamento, ação, observação e reflexão, estando todas essas atividades inter-relacionadas sistemática e autocriticamente, e implica a participação de todos envolvidos em cada um dos momentos da atividade, ampliando-se gradualmente a participação no projeto de forma a incluir todos os implicados na prática por meio da colaboração.

Por conseguinte, buscaremos, nesta investigação, “[...] constituir processos de pesquisa que procurem superar os limites do racionalismo positivista e o relativismo desmedido do pragmatismo [...]” (ALMEIDA, 2010, p.84).

Sendo assim, este artigo trata da elaboração de políticas voltadas para a Educação Especial, com a proposta de que a pesquisa-ação e o diálogo com Habermas podem contribuir para a construção desse processo e as ações atuais em desenvolvimento no município. Para tanto, realizam-se reuniões e grupos focais. Grupo focal “[...] é um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal [...]” (GATTI, 2012, p.7), com vistas a discutir demandas emergentes.

Analisa-se os dados a partir do aporte teórico de Carr e Kemmis (1988), Barbier (2007) e Habermas (2012), no que tange à colaboração, à escuta sensível e ao Agir Comunicação. A escuta sensível consiste em “[...] aderir às opiniões ou se identificar com o outro, com o que é enunciado ou praticado [...]” (BARBIER, 2004, p. 94) e a ação comunicativa refere-se à interação entre, pelo menos, dois sujeitos capazes de linguagem e de ação que, por meios verbais ou extraverbais, estabeleçam entre si uma relação. No desdobramento do processo de pesquisa, os grupos focais são realizados para “[...] dar voz aos sujeitos, estabelecer interações entre os mesmos e, subsidiada por suas falas, compreender os sentidos [...]” (BELLOTTI, 2010, apud GONÇALVES et al., 2015, p. 29) e, ainda, para a colaboração, que ocorre “[...] quando as pessoas trabalham juntas como co-pesquisadores em um projeto no qual têm igual participação” (TRIPP, 2005, p.454).

O termo “pesquisa-ação” foi cunhado pelo estudioso Kurt Lewinⁱ, que a descreveu como uma forma de investigar os efeitos ou resultados de várias ações, cujo objetivo seria promover a mudança da própria condição social. A ele cabe também o

reconhecimento de compreender a possibilidade de o pesquisador interagir e interferir no seu ambiente de investigação, sem separá-la da ação necessária para resolver um problema e sem afastar o pesquisador do objeto de estudo. É uma característica da pesquisa-ação promover autonomia e dar mais poder ao pesquisador em examinar sua prática profissional. Assim, contribui para a colaboração por meio de participação, a criação de conhecimento mediante a ação dos participantes e a possibilidade de contribuir para a mudança social (NAIDITCHF, 2010).

Desse modo, a escolha pela pesquisa-ação em nossas investigações ancora-se na condição de que, nos últimos anos, temos nos dedicado à construção do conhecimento sobre Educação Especial por intermédio dessa estratégia, em uma perspectiva colaborativo-crítica, como princípio para sustentar, epistemológica e metodologicamente, os processos investigativos. Significamos a pesquisa-ação colaborativo-crítica em um processo em que autores e atores se alternam durante a pesquisa/investigação, promovendo “[...] uma outra forma de construção de conhecimentos, ou seja, a construção com o outro [...]” (ALMEIDA; BARROS, 2017, p. 267).

Dessa forma, nesse momentoⁱⁱ os sujeitos do estudo são gestores da Secretaria Municipal de Educação (da Educação Especial, da coordenação pedagógica, de planejamento/projetos, além do Secretário Municipal de Educação) e pesquisadores da universidade (professores e estudantes de pós-graduação). Esse primeiro momento estendeu-se de setembro/2017 a abril/2018, com encontros no município e na universidade, locais do desenvolvimento da pesquisa. Para que as ações comunicativas se diferenciem dos atos de fala, é preciso exercer o diálogo e as trocas de opiniões para, então, produzir resultados satisfatórios (HABERMAS, 2012). É com essa premissa que as dinâmicas dos encontros de grupos focais são conduzidas.

Desse modo, para analisar e problematizar o processo de investigação-colaboração entre gestores da Secretaria de Educação de uma rede municipal de ensino e um grupo de pesquisa da universidade, com a finalidade de elaborar política municipal de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar, pela via da formação continuada com grupos de estudo-reflexão, traremos a contribuição dessa estratégia metodológica em um diálogo com Habermas, a fim de compreender como se processa tal colaboração.

A pesquisa-ação em um diálogo com Habermas: contribuição para construção de políticas de formação continuada para a Educação Especial

Discutir sobre as políticas educacionais vigentes no Brasil, dada a série de mudanças na conjuntura atual que acarreta alterações significativas no direcionamento dessas políticas, é um desafio e uma grande responsabilidade. A política nacional de Educação Especial, por exemplo, vem se instituindo em uma perspectiva de decisões centralizadas e tecê-la nos municípios tem se demonstrado uma tarefa complexa. Segundo Prieto (2006), a política educacional brasileira tem deslocado progressivamente para os municípios parte da responsabilidade administrativa, financeira e pedagógica pelo acesso e pela permanência de alunos PAEE, em decorrência do progresso de municipalização do ensino fundamental.

No campo da elaboração e da implementação de políticas públicas para o atendimento dos alunos PAEE, observa-se que é uma ação relevante, pois, para além da definição do público-alvo de dado atendimento, da sua identificação e da caracterização de suas necessidades específicas, a política abrange elementos que são considerados condições essenciais para sua realização (PRIETO, 2010).

Tendo em vista a rede municipal de educação, objeto deste estudo, a elaboração da política de Educação Especial torna-se ainda mais abrangente e necessária, visto que o município realizou um concurso público para contratação de professores para atuarem nessa modalidade de ensino. Algumas demandas surgiram a partir de então e o município não possuía instrumentos legais para atendê-las, o que levou a gestão a buscar orientações e direcionamentos para as suas ações.

Nesse sentido, problematizaremos como os pressupostos da pesquisa-ação e do Agir Comunicativo contribuem na construção de uma política de formação continuada na perspectiva da inclusão escolar, a partir da colaboração entre uma rede municipal de ensino e uma universidade.

Conforme mencionado anteriormente, três integrantes que compõem a gestão da Secretaria Municipal de Educação procuraram a coordenação do Grupo de Pesquisa Formação, Pesquisa-ação e Gestão em Educação Especial (GRUFOPEES) da universidade, apresentando como demanda inicial pensar junto e em parceria/convênio uma proposta de construção para um programa de formação da rede municipal de ensino como um

todo, contemplando o diálogo com todos os segmentos e etapas. Nesse sentido, em uma das conversas, as gestoras apresentaram como objetivo

[...] articular um processo de formação continuada de gestores e professores da rede municipal, associado à sistematização de documento normativo, contendo os processos pedagógicos e as diretrizes (Transcrição da reunião do grupo focal realizado em 14 nov. 2017).

Esse movimento da gestão retrata o que, dentro da pesquisa-ação, caracteriza-se como a identificação do problema, visto que, “[...] uma pesquisa-ação não é suscitada pelo pesquisador. Este, preferentemente, acolhe-a (BARBIER, 2007, p. 119). Sobre tal movimento, destaca-se a seguinte fala da gestora:

[...] a gente pôde falar realmente o quê que nós desejamos, quais são as necessidades do município, quais são as demandas do município, e a gente também pôde ouvir no caso a abertura da professora do grupo de pesquisa e das possibilidades (Transcrição da reunião do grupo focal realizada em set. 2017).

Assim, o processo de escuta e colaboração vai se constituindo, o que, na pesquisa-ação, “[...] resulta de uma atividade de pesquisa na qual os atores se debruçam sobre eles mesmos [...]” (BARBIER, 2007, p. 43) e “[...] deve permitir aos participantes expressarem a percepção que têm da realidade do objeto de sua luta ou de sua emancipação [...]” (BARBIER, 2007, p. 57), de modo a construir coletivamente propostas e projetos. Essa condição é verbalizada pela gestora quando afirma:

[...] nós queremos construir uma proposta de formação para toda a rede, uma proposta política de formação, não uma política segmentada, uma política de governo, uma política pública de formação, então um projeto de formação que seja uma política, e a gente acredita muito nessa perspectiva de grupo de estudos (Transcrição da reunião do grupo focal realizada em 14 nov. 2017).

Ao expor o que inicialmente pretendem realizar na rede municipal de educação, as gestoras dão início ao processo de contratualização, que vai “[...]servir de plataforma ao grupo de ação [em que] o contrato precisa as funções de cada um [...]” (BARBIER, 2007, p.120). Nesse sentido, a universidade e a rede municipal de ensino vão buscando a negociação de suas demandas, em um processo que é constituído a partir da perspectiva da Ação Comunicativa, que se refere à interação entre, pelo menos, dois sujeitos capazes

de linguagem e de ação e, por meios verbais ou extraverbais, estabeleçam entre si uma relação (HABERMAS, 2012).

Ao refletir sobre a procura da universidade pelo município, em busca de parceria/colaboração, com atenção para as possibilidades, observa-se, na fala de um dos integrantes do grupo de pesquisa, o seu posicionamento como colaborador nesse processo formativo. Também se evidencia um alicerce na colaboração entre pesquisadores e participantes (CARR; KEMMIS, 1988):

[...] para nós, da universidade, e já falando e deixando claro isso para vocês, para nós receber um município com uma demanda, principalmente na perspectiva que a gente trabalha de colaboração, de pesquisa-ação colaborativa, receber o município que nos procura e partir da demanda do município, isso é o nosso sonho (Transcrição da reunião do grupo focal realizada em 14 nov. 2017).

Nota-se que há um interesse de pesquisadores da universidade em estabelecer contato direto com os atores da prática educacional. Todavia, como instituição de articulação com o sistema de ensino, no caso a rede municipal, “[...] procede [...] à análise da demanda, ficando à escuta do que se diz, sem procurar desde o início interpretar e menos ainda julgar [...]” (BARBIER, 2007, p. 119-120). Evidencia-se, assim, a metodologia escolhida em uma vivência concreta, quando nos vemos como pesquisadores, o que se torna gratificante, pois a colaboração com os demais participantes possibilita nos inserir em uma investigação coletiva, em que temos o privilégio de discutir temáticas que são características do que nos motiva.

Quando se pensou em realizar um diálogo para maior entendimento e articulação com a parceria e a colaboração da universidade com o município, ressaltou-se a indispensabilidade de essas demandas e propostas serem levadas pela Secretaria Municipal de Educação, representada pelo seu secretário, aos que serão os seus colaboradores, ou seja, os pesquisadores da universidade. Desse modo, é notória a percepção dos gestores municipais sobre as concepções e o entendimento sobre formação de professores, ao expor as necessidades do município. O diálogo, nessa interação entre os indivíduos, promove o “entendimento mútuo”, em que os atores tematizam suas pretensões de validade (HABERMAS, 2012), verbalizando de forma clara a sua intenção:

[...] Nós temos que buscar formação continuada para os professores com a Universidade. Nós temos que parar de gastar recursos altíssimos com esses institutos que vendem formações, que eles não têm um projeto de formação, não é? A gente quer construir! (Transcrição da reunião do grupo focal realizada em 25 abr. 2018).

Logo, compreendemos que, pelo diálogo, pela colaboração e pela autorreflexão crítica como princípios norteadores desta pesquisa, constituiremos um grupo de gestores/pesquisadores preocupados em organizar sua própria prática à luz de sua autoanálise organizada (CARR; KEMMIS, 1988).

Há uma preocupação dos gestores quanto à formação continuada que desconsidere a reflexão crítica sobre as práticas educacionais e as especificidades locais, pois afirmam:

[...] A questão é a seguinte: com relação às empresas eu sou muito contra! [...] Tipo assim, quando você tem uma parceria, e têm os profissionais que irão trabalhar com formação, a gente sabe que essas pessoas irão levar conteúdos enriquecidos, estudados, por quê? Porque tem um comprometimento com a educação. No caso da empresa não! Porque a preocupação deles não é formar, a preocupação deles é ganhar dinheiro. Não tem uma preocupação com a educação, em se perguntar por exemplo, assim: secretaria você tem a diretriz do ensino infantil? [...] E essa formação desse jeito está levando a educação para o “buraco” (Transcrição da reunião do grupo focal realizada em 25 abr. 2018).

Isso posto, destaca-se a necessidade de se problematizar os caminhos que as políticas atuais irão tomar no que diz respeito às formas de gestão da educação acerca das instâncias públicas e privadas. Nesse sentido, Nóvoa (2017) afirma: “[...] O projecto político da privatização é, hoje, conduzido em nome da “salvação” da dimensão pública da educação” (NÓVOA, 2017, p.1110, grifos do autor). Assim, o autor questiona: diante dessa situação, o que é possível fazer?

Nóvoa (2017), para responder à própria pergunta, busca em Zeichner, Payne e Brayko (2015) apoio para a resposta, quando sugerem que há três grupos principais neste debate. O que nos ajuda nesta pesquisa é o grupo dos transformadores:

[...] grupo constituído por todos aqueles que, dentro e fora das universidades, reconhecem a necessidade de uma mudança profunda do campo da formação de professores, mas que não aceitam a sua substituição por lógicas de mercado e de desintegração de instituições, pois consideram que, apesar das suas fragilidades, têm um papel insubstituível na afirmação dos professores e da educação pública (NÓVOA, 2017, p. 1110).

Diante da preocupação dos gestores sobre uma formação que contemple a reflexão acerca das práticas profissionais, acrescenta-se a característica da pesquisa-ação que “[...] procura diagnosticar um problema específico numa situação também específica [...]” (ENGEL, 2000, p. 184), para contextualizar a proposta deste estudo. Observa-se que, no movimento de idas e vindas dos gestores, eles não percebem que estão em transformação, ou seja, não se dão conta de que estão tornando-se reflexivos e pesquisadores de suas próprias práticas, convertendo-se em investigadores (CARR; KEMMIS, 1988). Assim, a universidade realiza, por intermédio da colaboração, a construção do conhecimento com os sujeitos da prática.

Cabe ressaltar ainda que, no percurso desta investigação, os gestores apresentam uma nova demanda que, por se tratar de uma política, concorre com os trabalhos iniciados. Refere-se ao movimento promovido em torno da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) que encaminha implicações para a formação de professores até a sua materialização nas redes de ensino. Assim, sobre essa demanda, os gestores informam:

[...] Nós lá temos um movimento. Nós não! O Brasil inteiro, os municípios. Que é a implementação da Base Nacional Curricular Comum, que é obrigatório fazer. E para a gente fazer a Base, nós vamos fazer por grupo de estudo, [...] o alinhamento da Base que a gente precisa escrever, com todas as áreas: fundamental 2, fundamental 1, Educação Infantil e tudo mais (Transcrição da reunião do GRUFOPEESⁱⁱⁱ realizada em 27 mar. 2018).

No decorrer das discussões para delinear e constituir o problema, os gestores entendem e definem que a questão mais relevante do processo é a Educação Especial e o currículo. Dessa forma, o que acontecerá é que, pela via da formação continuada, a política de Educação Especial e o currículo serão construídos mediante grupos de estudo-reflexão. Os gestores dizem que:

[...] ano passado a gente já tinha o desejo, que nós conversamos com vocês de fazer esse movimento da escrita das Diretrizes da Proposta Inclusiva [do município], então a todo tempo o nosso desejo era ter o grupo de estudo, ter esse momento formativo do grupo, mais que este grupo ou neste grupo, ou a partir desse grupo que tivesse um grupo que fosse sistematizando isso, essa ideia das diretrizes. Aí quando a gente encontra agora esse outro movimento, que é o alinhamento da Base que a gente precisa escrever, com todas as áreas: fundamental 2, fundamental 1, Educação Infantil e tudo mais, nós pensamos o seguinte: manter o nosso grupo de Educação Especial do jeitinho que a gente imaginou antes, sendo:

um grupo que vai fazer o grupo de estudo e é grupo que vai sistematizar a proposta, e por exemplo esse grupo ele vai ter a responsabilidade de fomentar, discutir, estudar e dentro dele vai ter um grupo menor, a gente vai ver como ele vai se constituir, que vai ser o grupo que vai sistematizar as diretrizes da proposta inclusiva da Educação Especial. Isso que vai se configurando é para todos, para Educação Infantil, fundamental 1, fundamental 2 (Transcrição da reunião do GRUFOPEES realizada em 27 mar. 2018).

Em vista do exposto, ao traçar as contribuições da pesquisa-ação e do Agir Comunicativo, procuramos compreender como se materializa a colaboração em parceria entre gestores e pesquisadores do processo para a construção de uma política de Educação Especial de forma que se constituam em uma “[...] comunidade autocrítica de pesquisadores que investigam suas concepções e ações, em busca da compreensão e transformação das políticas postas [...]” (ALMEIDA, 2016, p.171).

Palavras finais

O objetivo deste artigo consistiu na problematização do processo de pesquisa-ação colaborativo-crítica entre gestores da Secretaria Municipal de Educação de uma rede de ensino e um grupo de estudo da universidade, com a finalidade de elaborar políticas municipais de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar, mediante formação continuada com grupos de estudo-reflexão. Para tanto, discutiu-se como a pesquisa-ação e o diálogo com os pressupostos habermasianos do Agir Comunicativo podem contribuir para a essa construção e como se dá a colaboração.

Compreendemos ser desafiante, para qualquer gestão, a elaboração/materialização de políticas, visto que as realidades locais em muito diferem e não há uma continuidade nos projetos de gestão. Considera-se também que as políticas públicas são passíveis de avanços, recuos e manutenções, configurando-se ainda como um campo de disputa de diferentes interesses.

Sobre o processo de pesquisa até aqui realizado, ressalte-se a importância da universidade como espaço público nesse fluxo, em seu papel de uma instituição parceira que tem muito para contribuir e pensar sobre a formação com/para o coletivo. Acreditamos que a educação tida como referência seja aquela da instituição pública, constituída por um corpo de docentes preocupados com as questões relacionadas à formação de professores.

Vale destacar que muitos municípios delegam a realização das formações a terceiros, ou seja, contratam empresas que ofertam formações que, muitas vezes, estão descontextualizadas do cotidiano e da realidade dos municípios. O fato de uma Secretaria de Educação buscar uma proposta/normatização de formação para o seu quadro docente é relevante e leva-nos a perceber que o próprio município reflete sobre a sua educação e não se submete somente à legislação do Estado.

Em tempos quando os debates são minimizados, as participações da comunidade acadêmica encontram-se reduzidas e o compromisso com a democracia se esvai a cada ação do governo, que tenhamos forças e disposição para continuar a pesquisa. Vamos em frente...

Referências

AGUIAR, M. A. S. Políticas de currículo e formação dos profissionais da educação básica no Brasil: desafios para a gestão educacional. **Espaço do Currículo** [on-line], João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 49-61, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/view/rec.v10i1.32578/17431>>. Acesso em: 15 maio 2018.

ALMEIDA, M. L. **Formação continuada como processo crítico-reflexivo-colaborativo: possibilidades de construção de uma prática inclusiva**. 2004. 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

ALMEIDA, M. L. **Uma análise da produção acadêmica sobre os usos da pesquisa-ação em processos de inclusão escolar: entre o agir comunicativo e o agir estratégico**. 2010. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

ALMEIDA, M. L. Desafios e possibilidades na formação continuada de profissionais da educação: a trajetória de um grupo de estudo-reflexão. In: MENDES, E. G.; AUTOR, M. A. **Inclusão escolar e Educação Especial no Brasil: entre o instituído e o instituinte**. Marília: ABPEE, 2016. p. 169-189.

ALMEIDA, M. L.; BARROS, M. L. S. Conhecimentos construídos pela via da pesquisa-ação com gestores públicos de educação especial no Estado do Espírito Santo. In: VICTOR, S. L.; VIEIRA, A. B.; OLIVEIRA, I. M. (Org.). **Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas**. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2017. p. 262-182.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2007.

CARR, W.; KEMMIS, S. **Teoría crítica de la enseñanza: la investigación-acción en la formación del profesorado**. Tradução de J. A. Bravo. Barcelona: Martínez Roca, 1988.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Resolução nº 2**, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 15 maio 2018.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Resolução nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces004_09>. Acesso em: 26 jul. 2018.

DOURADO, L. F. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 299-324, jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000200299&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2018.

ENGEL, G. I. Pesquisa-ação. **Educ. rev.** [on-line], Curitiba, n. 16, p. 181-191, dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602000000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2018.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei nº 10.149, de 17 de dezembro de 2013. Cria o Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo – CEFOPE e dá outras providências. **Diário Oficial**, Vitória, 17 dez. 2013.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

GONÇALVES, A. F. S et. al. Observatório Nacional de Educação Especial e a formação de professores por meio do grupo focal. In: JESUS, D. M.; VICTOR, S. L.; GONÇALVES, A. F. S. (Org.). **Formação, práticas e inclusão escolar no Observatório Estadual de Educação Especial**. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. p. 27-38.

GONÇALVES, J. A.; JESUS, A. R.; SILVA, T. P. Formação do professor no contexto das novas diretrizes. In: SEMANA DA EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO E DILEMAS CONTEMPORÂNEOS, 17., Londrina. **Anais eletrônicos...** Londrina: UEL, 2017. Disponível em: <www.uel.br/.../FORMACAO%20DO%20PROFESSOR%20NO%20CONTEXTO%20D>. Acesso em: 25 maio 2018.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. Tradução de Paulo A. Soethe. Revisão de Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. 2v.

MARATAÍZES (Cidade). **Lei Complementar nº 1790**, de 19 de junho de 2015. Institui o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015-2025 e dá outras providências. Marataízes, 2015. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/es/m/marataizes/lei-complementar/2015/179/1790/lei-complementar-n-1790-2015-institui-o-plano-municipal-de-educacao-para-o-decenio-2015-2025-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

NAIDITCHF, F. Pesquisa-ação. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.

NASCIMENTO, L. F.; CAVALCANTE, M. M. D. Formação docente para a Educação Infantil: uma leitura do curso de pedagogia pós diretrizes curriculares. **Revista Contrapontos** [on-line], Itajaí, v. 17, n. 3, jul./set. 2017. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/9532/6169>>. Acesso em: 15 maio 2018.

NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa** [on-line], v. 47, n. 166, p. 1106-1133, out./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v47n166/1980-5314-cp-47-166-1106.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

NUNES, J. A. Discursos (re) velados: uma análise dialógica das novas diretrizes para formação docente. **Trab. linguist. apl.**, Campinas, v. 56, n. 1, p. 9-35, abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01038132017000100009&lng=pt&nm=iso>. Acesso em: 25 maio 2018.

PRIETO, R. G. Políticas de inclusão escolar no Brasil: sobre novos/velhos significados para educação especial. In: MENDES, E. G.; AUTOR, M. A. (Org.). **Das margens ao centro**: perspectiva para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010, p. 61-78.

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. (Org.). **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006. p.31-69.

SCHEIBE, L. Formação de professores no Brasil: uma herança histórica. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 41-53, jan./dez. 2008.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

Sobre as Autoras

Mariangela Lima de Almeida

Doutora com Pós-doutorado em Educação. Professora Adjunta do Departamento de Educação, Política e Sociedade/CE, Docente no Programa de Mestrado Profissional em Educação/CE Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores/Universidade Federal do Espírito Santo.

E-mail: mlalmeida.ufes@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7092-2583>

Maria Jose Carvalho Bento

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores/Universidade Federal do Espírito Santo/Campus Alegre/ES. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo/Campus Goiabeiras, Vitória/ES.
E-mail: zeze56@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5877-2925>

Nazareth Vidal da Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores/Universidade Federal do Espírito Santo/Campus Alegre/ES. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo/Campus Goiabeiras, Vitória/ES.
E-mail: newpedagoga@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8499-5089>

Notas

ⁱ Kurt Lewin (1890-1947), psicólogo alemão-americano, estudou em Freiburg, Munique e Berlim, onde se doutorou em 1914, quando foi para a Primeira Guerra Mundial como oficial do Exército alemão, trabalhando no Instituto Psicanalítico de Berlim. Foi para os Estados Unidos em 1933, onde se refugiou antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), pois era judeu.

ⁱⁱ Como a pesquisa está na fase inicial, posteriormente envolverá outros sujeitos.

ⁱⁱⁱ Grupo de Pesquisa Formação, Pesquisa-ação e Gestão em Educação Especial.

Recebido em: 27/03/2019

Aceito para publicação em: 16/04/2019